

Homenagem ao Dia das Mães



O Sindsep/MA realizou na última sexta-feira, 11, uma grande homenagem em alusão ao Dia das Mães.

O evento aconteceu na sede da entidade e contou com grande participação das associadas e associados da entidade, que compareceram para prestigiar o evento.

Foram distribuídos lanches e camisas comemorativas à data.

Essa atividade já vem sendo trabalhada pelo Sindsep/MA há bastante tempo, e sempre foi desenvolvida pela Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

O Sindicato observa esse tipo de atividade como mais uma ferramenta de mobilização da categoria, podendo assim, trazer para dentro da entidade os servidores

que por algum motivo estão afastados do dia a dia da luta de classes.

CONAB

Os trabalhadores da Conab, através da Asnab, também realizaram uma festividade em homenagem ao Dia das Mães.



O evento aconteceu também na última sexta-feira, e contou com a participação maciça das mulheres que compõem o quadro funcional do órgão.

Demitidos no governo Collor reivindicam retorno ao trabalho em audiência na Câmara

Servidores demitidos durante o governo Collor tiveram sua situação debatida na semana passada em audiência na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTAPS) da Câmara dos Deputados. Convocada pela deputada federal Érika Kokay, a audiência contou com presença da Condsef/Fenadsef.

Para a Confederação foi uma atividade importante, pois esse é um tema que vem sendo menosprezado e se arrasta nos últimos 26 anos. Em 1994 uma lei anistiou servidores que tiveram demissão que provocou situações de injustiça.

De cerca de 40 mil que conquistaram o direito a anistia naquele período, apenas 10% conseguiram retornar ao serviço público e também enfrentam problemas que precisam ser discutidos. Mais de 120 mil foram demitidos naquele período.

Aqueles que conquistaram direito de retornar estão na CLT e pleiteiam a volta ao Regime Jurídico Único (RJU). As diferenças salariais também são uma questão já que muitos recebem salários que chegam a 1/3 do valor referente a cargos que exigem suas funções e atribuições.

Os 90% anistiados, mas que não conseguiram retornar; reivindicam a reabertura de prazo para regresso ao serviço público já que argumentam que em 1994 houve um prazo de apenas 60 dias para pleitear anistia e muitos sequer tiveram acesso a essa informação à época.

Fonte: Condsef



Crise, desemprego e desigualdade social: reflexos do golpe de Estado

Julimar Roberto é comerciário e secretário de Administração e Finanças da CUT Brasília

Os alarmantes dados divulgados pelo Ibope Inteligência no último final de semana só confirmaram o que todos já sabiam: o golpe de Estado, que cravou marcas profundas na vida dos trabalhadores, também atingiu, de forma impiedosa, vários setores da nossa economia. O anúncio do instituto de pesquisa foi de que 12,5 mil lojas estão vazias nos shoppings centers e nem as recém-inauguradas não estão livres de fechar.

Só para se ter uma ideia, segundo o IBGE, em 2016, ano em que o golpe foi consumado, 108,7 mil estabelecimentos comerciais fecharam as portas, resultando na demissão de milhares de trabalhadores. Atualmente, a situação continua alarmante e 13,1 milhões de pessoas estão desempregadas em todo o país, 550 mil a mais do que há três meses. Sem emprego e, consequentemente, sem dinheiro, o cidadão consome menos e, assim, o ciclo da nefasta crise econômica vai sendo alimentado.

Além da taxa elevada de desemprego e do fechamento de estabelecimentos comerciais, outro ponto bastante preocupante é

quanto à precarização dos empregos que são oferecidos ao trabalhador. A aprovação da Lei 13.429/2017 — que liberou a terceirização sem limites — e da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) — que alterou mais de 100 itens da CLT — beneficiou os grandes empresários e, em contrapartida, trouxe ao brasileiro um cenário de informalidades e incertezas. Milhares de postos formais foram fechados, dando espaço a ocupações precarizadas, salários abaixo do piso e jornadas exorbitantes. O trabalhador se viu obrigado a dizer adeus ao conjunto de direitos conquistados com duras e memoráveis lutas. Todos esses fatores, intensificados pelo governo ilegítimo e sua base aliada, contribuíram amplamente para o agravamento da desigualdade social e o retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

A gestão golpista e suas práticas entreguistas que favorecem o setor privado e os capitais agrário, financeiro e empresarial, foram responsáveis pelo aumento considerável da extrema pobreza no país. Ainda segundo o IBGE, o número de pessoas em situação de vulnerabilidade social saltou de 13,3 milhões para 14,8 milhões, um dado até então

nunca alcançado, e que vinha sendo combatido pelos governos progressistas. Entre 2002 e 2014, por meio de programas como o Bolsa Família e Fome Zero, a proporção de pobres no Brasil caiu de 23,4% para 7%. Em números, isso significa que 26,3 milhões de pessoas tiveram acesso a uma vida com qualidade e condições mínimas. Nesse período, o pobre teve o prazer de fazer três refeições ao dia e o país passou a ser destaque no mundo como exemplo de combate à pobreza.

O que nós do movimento sindical defendemos é a volta imediata do Estado democrático de direito e, com ele, a retomada do crescimento econômico, em contraposição à concentração de renda e a exclusão impostas pelo golpismo. Cabe à classe trabalhadora e aos diversos segmentos sociais a intensificação da luta em defesa daquilo que conquistamos e o avanço em novas pautas. A vitória sobre aqueles que nos golpeiam todos os dias só será possível por meio da unidade e de um objetivo comum. Somente assim, conseguiremos alcançar um país mais justo, democrático e inclusivo.